

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.475 - SP (2020/0012078-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : FRANCISCO ARTUR DE QUEIROZ MAIS**  
**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO CENTRO MÉDICO DE CAMPINAS**  
**ADVOGADO : EDUARDO PEREIRA ANDERY - SP126517**  
**AGRAVADO : LEANDRO GAVETTI MUNHOZ**  
**ADVOGADOS : LUÍS GUILHERME HOLLAENDER BRAUN - SP166566**  
**AUREA HOLLAENDER BRAUN - SP324096**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por FRANCISCO ARTUR DE QUEIROZ MAIS e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim resumido:

Indenização por erro médico. Solidariedade do hospital e do médico em caso de culpa do profissional. Hipótese em que o autor perdeu quase a totalidade do olho esquerdo em razão das várias cirurgias realizadas sem necessidade e em caráter experimental. Laudo médico suficiente ao reconhecimento da culpa. Inexistência de informação dos riscos e necessidade de que fosse escrita. Dano moral evidenciado e que se arbitra em R\$ 35.000,00. Recurso provido para julgar procedente a ação.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 371 do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O v. acórdão recorrido, após digressões doutrinárias sobre a responsabilidade civil (abrangem a maior parte do decisum), conclui que "há prova da culpa do médica", fundamentado a referida culpa com base nas pretensas conclusões periciais.

[...].

Portanto, em verdade, o acórdão veicula conclusão equivocada e contrária a própria conclusão pericial, de forma que não pode embasar a procedência do apelo ou da ação, visto que se trata de "prova inexistente" ou de "conclusão inexistente". (fls. 598/599).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Há prova da culpa do médico.

O laudo pericial constatou que "Considerando que a ectasia de córnea é a situação em que existe diminuição da espessura da córnea; e no

caso do autor, em olho esquerdo pode ser atribuída aos vários procedimentos realizados entre 24.07.1996 e 10.11.1998 conforme fis. 150 dos autos" (fis. 290). O autor se submeteu a cirurgias em 24.07.1996, 01.07.1997 e 10.11.1998 e o laudo esclarece que na ocasião "o tratamento para Hipermetropia era considerado como experimental" (fis. 291, quesito 4 e 293, quesito 16).

Evidente que as circunstâncias não poderiam deixar de ser objeto de informação clara e consciente do autor, do que não há prova convincente, lembrando-se que aos requeridos estava incumbida pela inversão do ônus da prova de que se beneficia o autor pelo art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Evidente, também, que, ao cirurgião não era lícito realizar várias cirurgias no autor sem ignorar a possibilidade o desgaste da córnea e a possibilidade de quase cegueira para o olho esquerdo do autor, como de fato ocorreu. O laudo consignou que é obrigatório o consentimento escrito do paciente quanto aos riscos a que estará exposto no procedimento realizado, não o encontrando nos autos. Respondeu ao quesito 16 da seguinte maneira: "Sim para todos e não vimos acostados aos presentes autos. Deve conter informações básicas sobre a natureza experimental, fruições, riscos, protocolos e exigências de controle de tratamento aos quais o paciente se obriga a cumprir, ou seja, deve explicar todo o seu 'protocolo', além de estar submetido a instituição de ensino, dentre outras exigências" (fis. 293, quesito 17).

Da culpa dos requeridos, como acima se esclareceu, surge o dever de indenizar (fl. 590).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente